



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO - REGISTRO E REDAÇÃO

EDITAL Nº 1 – CÂMARA DOS DEPUTADOS –
ANALISTA LEGISLATIVO, DE 2 DE OUTUBRO
DE 2026

CÓD: OP-0410T-26
7901204404492

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	11
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia	13
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual	14
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	15
6. Emprego de tempos e modos verbais	15
7. Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	18
8. Emprego das classes de palavras	24
9. Emprego dos sinais de pontuação	31
10. Concordância verbal e nominal	32
11. Regência verbal e nominal	34
12. Emprego do sinal indicativo de crase	35
13. Colocação dos pronomes átonos	36
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	37
15. Significação das palavras	38
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	39
17. Questões	39
18. Gabarito	47

Língua Inglesa

1. Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais	49
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos	52
3. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa	53
4. Questões	54
5. Gabarito	56

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Estado, Governo E Administração Pública: Conceito, Elementos, Poderes E Organização Do Estado; Princípios Constitucionais E Doutrinários Da Administração Pública	57
2. Organização Administrativa: Administração Direta E Indireta; Centralização, Descentralização, Concentração E Desconcentração	59
3. Ato Administrativo; Conceito, Requisitos, Atributos, Classificação E Espécies, Extinção, Nulidades E Revogação; Parecer: Responsabilidade Do Emissor Do Parecer	63
4. Agentes Públicos; Disposições Constitucionais Aplicáveis; Cargo, Emprego E Função Pública; Requisição; Regime Jurídico Dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/1990 E Suas Alterações)	67

ÍNDICE

5. Direito Administrativo Disciplinar; Fontes E Princípios; Ilícito De Direito Administrativo Disciplinar; Procedimentos Disciplinares Da Administração Pública	96
6. Processo Administrativo Federal (Lei Nº 9.784/1999 E Suas Alterações)	102
7. Poderes Administrativo; Discricionário, Hierárquico, Disciplinar, Regulamentar E De Polícia; Uso E Abuso Do Poder.....	108
8. Responsabilidade Civil Do Estado; Responsabilidade Civil Do Estado No Direito Brasileiro; Responsabilidade Por Ato Comissivo Do Estado; Responsabilidade Por Omissão Do Estado; Requisitos Para A Demonstração Da Responsabilidade Do Estado; Causas Excludentes E Atenuantes Da Responsabilidade Do Estado	110
9. Improbidade Administrativa (Lei Nº 8.429/1992 E Suas Alterações).....	113
10. Evolução Dos Modelos De Gestão Pública: Patrimonialismo, Administração Burocrática E Nova Gestão Pública (New Public Management); Nova Governança Pública (New Public Governance): Conceito, Fundamentos E Evolução; Ação Pública Em Redes De Cooperação, Articulação Interinstitucional E Parcerias Com O Setor Privado E Terceiro Setor; Coprodução Do Bem Público, Participação Cidadã E Transparência Ativa; Valor Público, Cadeia De Valor Público	125
11. Governança Na Administração Pública; Governança Pública: Conceito, Distinção Entre Governança E Governabilidade E Alinhamento Estratégico; Mecanismos De Governança: Liderança, Estratégia E Controle; Conceito De Valor Público: Geração De Valor Para A Sociedade, Entrega De Resultados, Sustentabilidade E Avaliação De Impactos De Políticas Públicas	129
12. Decreto Federal Nº 9.203/2017 E Suas Alterações (Política De Governança Da Administração Pública Federal Direta, Autárquica E Fundacional)	133
13. Noções De Licitações E Contratos (Lei Nº 14.133/2021 E Suas Alterações); Licitação Pública: Conceito, Princípios, Finalidade Do Procedimento Licitatório, Modalidades, Dispensa E Inexigibilidade De Licitação; Contratos Administrativos; Características Do Contrato Administrativo; Formalização, Gestão E Fiscalização Do Contrato; Planejamento E Fiscalização Contratual; Papel Do Fiscalizador Do Contrato; Estudo Técnico Preliminar E Termo De Referência.....	136
14. Lei De Acesso À Informação (Lei Nº 12.527/2011 E Suas Alterações)	184
15. Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais (Lei Nº 13.709/2018 E Suas Alterações).....	191
16. Questões	204
17. Gabarito	206

Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados

1. Constituição Federal De 1988: Conceito, Contexto Histórico, Características, Estrutura Do Texto.....	207
2. Princípios Fundamentais.....	209
3. Direitos E Garantias Fundamentais: Direitos E Deveres Individuais E Coletivos, Direitos Sociais, Nacionalidade, Direitos Políticos E Partidos Políticos.....	214
4. Organização Do Estado: Organização Políticoadministrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal E Territórios. Intervenção Federal	224
5. Administração Pública: Disposições Gerais, Servidores Públicos Civis E Militares.....	232
6. Poder Legislativo: O Congresso Nacional E Suas Casas (Atribuições, Competências, Reuniões E Comissões)	238
7. Regime Jurídico Constitucional Dos Parlamentares	245
8. Regimento Interno Da Câmara Dos Deputados; Disposições Preliminares E Órgãos Da Câmara (Arts. 1º A 24 E Suas Alterações); Sessões Da Câmara (Arts. 65 A 94 E Suas Alterações); Deputados (Arts. 226 A 251 E Suas Alterações); Administração E Economia Interna (Arts. 262 A 273 E Suas Alterações)	250
9. Regimento Comum Do Congresso Nacional; Título I; Título Iv, Capítulo Ii E Capítulo Iii (Até Art. 103)	274
10. Questões	276
11. Gabarito	278

ÍNDICE

Tecnologia da Informação e Dados

1. Msoffice 365 (Word, Excel, Powerpoint E Onedrive)	279
2. Redes De Computadores; Conceitos Básicos, Ferramentas, Aplicativos E Procedimentos De Internet E Intranet	305
3. Ferramentas De Comunicação E Colaboração: Correio Eletrônico (Webmail, Cliente De E-Mail), Aplicativos De Comunicação (Microsoft Teams, Google Meet)	314
4. Conceitos Gerais De Segurança E Governança Digital; Segurança Da Informação: Procedimentos De Cópia De Segurança (Backup), Noções De Vírus, Worms E Pragas Virtuais; Programas De Proteção (Antivírus, Firewall, Antispyware); Ameaças Digitais (Phishing, Pharming)	320
5. Conceitos Básicos De Inteligência Artificial; Engenharia De Prompts; Aprendizado Supervisionado, Não Supervisionado E Por Reforço	333
6. Ia Generativa: Conceitos, Exemplos E Casos De Uso	337
7. Ética E Responsabilidade Digital No Serviço Público	341
8. Dados: Conceitos, Atributos, Métricas, Transformação De Dados	345
9. Visualização De Dados: Princípios De Visualização De Dados; Tipos De Gráficos (Histograma, Linha, Barra, Dispersão, Box Plot); Ferramentas De Visualização De Dados (Power Bi, Tableau E Data Studio); Storytelling Para Visualização De Dados	348
10. Questões	351
11. Gabarito	353

Linguística

1. Teoria do signo linguístico. Linguagem, língua e fala. Significante e significado; significação. Arbitrariedade e motivação; linearidade. Referente, referência, representação, sentido	355
2. Categorias semânticas: gênero, número, pessoa, tempo, modo, aspecto e papéis semânticos	358
3. Relações de comparação, relações de causa e efeito e de contraste	361
4. Leitura. Compreensão literal, coesão e coerência textual. Ideia principal e detalhes de apoio. Relações coesivas: referência, substituição, elipse, repetição	365
5. Grupos vocálicos e estrutura e formação de palavras.	365
6. Palavras homônimas, parônimas e cognatas. Relações de sentido entre palavras: sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, campo semântico. Denotação e conotação.	371
7. Compreensão interpretativa: propósito do autor, informações implícitas, distinção entre fato e opinião	371
8. Compreensão crítica: seleção de inferência	372
9. Organização retórica: generalização, exemplificação, descrição, definição, especificação	374
10. Reconhecimento dos recursos de produção de textos. Recursos estilísticos e estruturais na elaboração de tipos e gêneros textuais variados. Adequação da linguagem ao gênero e às convenções da escrita	377
11. Teoria da Enunciação e Análise do Discurso. Situação de comunicação; enunciação e enunciado; a teoria da enunciação na produção do texto escrito. Conceitos de texto e discurso; dialogismo e polifonia; esferas sociais de comunicação. Retórica e oratória parlamentar	380
12. Gêneros Discursivos, Tipologia e Processos Textuais. Gêneros do discurso e tipos textuais; aspectos de macro e microestrutura; construção composicional, conteúdo temático e estilo. Intertextualidade; processos de retextualização; reescritura e paráfrase	384
13. Linguagem e variação linguística. Tipos de variação linguística; dialetos e registros. Oralidade e escrita. Formalidade e informalidade. Normas linguísticas. A variação linguística no português do Brasil. A variação linguística e a construção do texto escrito	387
14. Língua e gramática: Concepções de gramática; tipos de gramática. Correção e incorreção. Propriedade e impropriedade	390

ÍNDICE

15. Funções da linguagem	393
16. Retórica e figuras de linguagem.....	394
17. Comunicações oficiais, introduções e fechos apropriados. Pronomes de Tratamento. Reduções Ortográficas. Conceitos e estrutura de documentos oficiais.	397
18. Noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação.....	410
19. Técnica Legislativa: Lei Complementar Federal nº 95/1998 e suas alterações (dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis).....	414

Reconhecimento de Fala, Transcrição e Inteligência Artificial

1. Reconhecimento de Fala e Transcrição de Áudio. Reconhecimento automático de fala (ASR – Automatic Speech Recognition). Modelos de fala end-to-end. LLMs multimodais de áudio nativo	421
2. Diarização de falantes: identificação e separação de múltiplos oradores	424
3. Pontuação automática e capitalização em transcrições	426
4. Desafios do ASR em Português Brasileiro: sotaques, vocabulário técnico e parlamentar.....	428
5. Transcrição em tempo real	430
6. Ferramentas e APIs: Whisper (Open AI), Google Speech-to-text, Azure Speech, AWS Transcribe.	433
7. Degravação e Pós-processamento de Transcrições. Diferença entre transcrição automática, degravação e revisão humana. Fluxo de trabalho de degravação assistida por IA (Human in the loop).....	435
8. Revisão e edição de transcrições: critérios de qualidade e fidelidade.....	437
9. Formatação de transcrições parlamentares: identificação de oradores, marcação de pausa ruído, etc.....	439
10. Normalização de texto: números, siglas, abreviações e termos técnicos. Ferramentas de CAT (Computer Assisted Transcription) e editores de transcrição	440
11. Controle de qualidade: revisão em dupla, auditorias de amostras, SLA. Vocabulário técnico parlamentar e vocabulário adaptado (language model adaptation)	442
12. IA Aplicada no Contexto Parlamentar. Aplicações de IA em parlamentos: transcrição de sessões, sumarização, indexação e busca. Sistemas de busca semântica em acervos parlamentares. Geração automática de atas e resumos de sessões. Modelos de IA multilíngues e especializados em português	444
13. Proteção e segurança da informação. LGPD e proteção de dados em sistemas de transcrição e IA. Direitos autorais e ética no uso de IA para conteúdo gerado. Segurança da informação em pipelines de áudio e transcrição	446

Processo Legislativo e Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum do Congresso Nacional

1. Procedimento Legislativo: Tipos de procedimento, ordinário, abreviado, sumário, sumarássimo, especial e concentrado; Etapas e noções básicas. Comissões, pareceres, deliberação, votação, sanção e veto	453
2. Matérias Legislativas: Projeto de lei ordinária, complementar e delegada. Medida provisória. Projeto de decreto legislativo e projeto de resolução. Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Indicações, pareceres, requerimentos e vetos	457
3. Iniciativa Legislativa: Presidência da República, Congresso Nacional, tribunais e cidadãos.....	460
4. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Resolução nº 17/1989 da Câmara dos Deputados e suas alterações (arts. 25 a 64; arts. 95 a 200)	463
5. Regimento Comum do Congresso Nacional. Resolução nº 1/1970 – CN e suas alterações (arts. 1º a 71).....	496

ÍNDICE

Ciência Política

1. Regimes políticos	503
2. Sistemas e formas de governo	504
3. Representação política.....	506
4. Poderes e relações entre poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.....	508
5. Sistemas eleitorais	521
6. Teoria dos partidos políticos	523
7. Organização política brasileira	525
8. Temas relevantes de política internacional e brasileira contemporânea	528
9. Teoria do Estado e formação dos Estados nacionais.....	537
10. Formação do Estado brasileiro.....	540
11. História do voto e dos partidos no Brasil	543

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.



LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.

AMOSTRA

- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.
- **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.
- **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.
- **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.
- **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para

criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

A habilidade de leitura transcende a mera capacidade de reconhecer palavras em uma página; ela envolve a habilidade de extrair significado, compreender nuances e discernir intenções subjacentes em textos escritos.

Este material didático visa equipar os estudantes com ferramentas críticas para identificar a ideia principal e informações específicas nos textos, além de analisar o caráter emocional, a atitude do autor e o efeito intencional que o texto pretende causar no leitor.

Identificação da Ideia Principal

A ideia principal de um texto é o coração da mensagem que o autor deseja comunicar. É o ponto central em torno do qual todas as outras informações giram. Reconhecer a ideia principal é fundamental para entender o propósito do texto e para uma leitura eficiente e eficaz.

Técnicas para Identificação da Ideia Principal

- **Análise do Título e Subtítulos:** Frequentemente, o título e os subtítulos fornecem uma visão preliminar do tema central ou da mensagem principal.
- **Leitura dos Primeiros e Últimos Parágrafos:** Estas seções do texto geralmente contêm uma síntese ou uma declaração explícita da ideia principal.
- **Busca por Palavras e Frases Recorrentes:** A repetição é uma técnica retórica usada para enfatizar um ponto central; identificar essas repetições pode revelar a mensagem principal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DOUTRINAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS

► Conceito de Estado

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO

► Conceito de Governo

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

► Governo e Administração Pública

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

AMOSTRA

► Formas de organização política

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SENTIDOS, FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO

► Sentidos da Administração Pública

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

► Função administrativa

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

► Organização administrativa

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Importância dos princípios administrativos

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

► Princípios expressos

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

► Princípios implícitos

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CONCEITO, CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA DO TEXTO

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, após um longo período de restrição das liberdades políticas e civis. Sua promulgação representou a reorganização das instituições, a ampliação dos direitos fundamentais e a reafirmação da soberania popular como fundamento do poder político.

O texto constitucional estabeleceu um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também definiu objetivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, à redução das desigualdades e à promoção do bem de todos.

► Características da Constituição

Classificação e rigidez constitucional

A Constituição de 1988 é escrita, promulgada, formal, dogmática, analítica, dirigente e rígida. É promulgada porque resultou da atuação de representantes eleitos; analítica porque disciplina numerosos temas; dirigente porque estabelece programas e objetivos para o Estado; e rígida porque sua alteração exige procedimento mais complexo do que o utilizado para a elaboração das leis ordinárias.

A rigidez assegura a supremacia formal da Constituição. Sua supremacia material decorre da relevância de seus conteúdos, especialmente os relacionados aos direitos fundamentais, à organização do Estado e à limitação do poder.

► Estrutura do texto constitucional

Preâmbulo, parte permanente e disposições transitórias

A Constituição é composta pelo preâmbulo, pelo texto permanente e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O preâmbulo apresenta valores inspiradores da ordem constitucional. A parte permanente disciplina direitos, organização estatal, Poderes, tributação, economia e ordem social. As disposições transitórias regulam a passagem entre a ordem anterior e a nova Constituição, além de prever medidas específicas de adaptação institucional.

► Força normativa e aplicabilidade

Constituição como fundamento de validade

A Constituição ocupa o centro do sistema jurídico e condiciona a validade das demais normas. Suas disposições podem ter eficácia plena, contida ou limitada, conforme a possibilidade de aplicação imediata e a necessidade de regulamentação. Ainda assim, todas possuem força jurídica e orientam a atuação legislativa, administrativa e jurisdicional.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

► Poder constituinte derivado reformador

Natureza e finalidade

As emendas constitucionais são instrumentos de alteração formal da Constituição. Decorrem do poder constituinte derivado reformador, que é juridicamente limitado, condicionado e subordinado à ordem estabelecida pelo poder constituinte originário. Sua função é permitir a atualização do texto constitucional sem romper a continuidade do sistema jurídico.

A reforma pode acrescentar, modificar ou revogar disposições constitucionais, mas não pode destruir a identidade fundamental da Constituição nem afastar os limites expressa ou implicitamente impostos ao poder de reforma.

► Iniciativa e procedimento

Deliberação parlamentar qualificada

A proposta de emenda pode ser apresentada por parcela constitucionalmente determinada dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, mediante manifestação da maioria relativa de seus integrantes.

A proposta deve ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional. Sua aprovação exige, em todos os turnos, o voto favorável de três quintos dos respectivos membros. Não existe sanção nem veto presidencial. Concluída a aprovação, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

► Limitações ao poder de reforma

Preservação da ordem constitucional

As limitações circunstanciais impedem a alteração constitucional durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. As limitações formais exigem respeito à iniciativa, ao quórum, aos turnos e à promulgação. As limitações materiais protegem as cláusulas pétreas.

AMOSTRA

Não pode ser objeto de deliberação proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. A proteção não alcança apenas a eliminação expressa, mas também alterações que esvaziem substancialmente esses elementos.

► Controle e transformação constitucional

Emenda, revisão e mutação

As emendas podem ser submetidas ao controle de constitucionalidade quando violarem limitações ao poder de reforma. Diferem da revisão constitucional, que possui fundamento e procedimento excepcionais, e da mutação constitucional, que modifica o sentido interpretativo da norma sem alterar seu texto.

BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE

► Conceito e finalidade

Conjunto de normas utilizadas como parâmetro constitucional

O bloco de constitucionalidade corresponde ao conjunto de normas e princípios que servem como parâmetro para verificar a validade dos atos inferiores. Seu conteúdo pode ultrapassar os dispositivos reunidos no texto permanente da Constituição, abrangendo elementos que, por sua natureza ou posição normativa, possuem força constitucional.

A noção de bloco permite compreender que a constitucionalidade não depende apenas da comparação literal entre uma lei e determinado artigo constitucional. O controle também considera princípios estruturantes, direitos fundamentais e normas formalmente incorporadas ao nível constitucional.

► Sentidos restrito e ampliado

Extensão do parâmetro de controle

Em sentido restrito, o bloco é formado pelas normas dotadas de hierarquia constitucional formal. Em sentido ampliado, pode abranger valores, princípios e direitos materialmente constitucionais que auxiliam na interpretação e na preservação da unidade da ordem jurídica.

No sistema brasileiro, os principais componentes podem ser sintetizados da seguinte forma:

Componente	Posição no bloco
Texto permanente da Constituição	Parâmetro constitucional direto
Disposições constitucionais transitórias	Normas constitucionais formalmente válidas
Emendas constitucionais	Integram a Constituição após sua promulgação
Princípios constitucionais expressos e implícitos	Orientam validade e interpretação
Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado	Equivalem às emendas constitucionais

► Cláusula de abertura material

Direitos não expressamente enumerados

A Constituição admite que os direitos fundamentais não se esgotem naqueles expressamente previstos. Outros direitos podem decorrer do regime constitucional, de seus princípios e de tratados internacionais incorporados ao sistema.

Essa abertura impede compreensão excessivamente fechada da Constituição e permite reconhecer novas dimensões de proteção da pessoa. Contudo, nem toda norma internacional ou princípio jurídico integra automaticamente o bloco em sentido formal.

► Importância no controle de constitucionalidade

Unidade e ampliação da proteção constitucional

O bloco de constitucionalidade amplia e organiza os parâmetros utilizados no controle de validade das leis e dos atos estatais. Sua aplicação exige precisão, pois a ampliação indiscriminada do parâmetro pode gerar insegurança jurídica. O instituto deve preservar simultaneamente supremacia constitucional, coerência normativa e proteção efetiva dos direitos fundamentais.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

MSOFFICE 365 (WORD, EXCEL, POWERPOINT E ONEDRIVE)

WORD

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

► Novidades no Word 2016

Diga-me o que você deseja fazer

Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente à ferramenta ou configurações que procura.

A caixa “Diga-me o que você deseja fazer” funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

Trabalhando em grupo, em tempo real

Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como Pode editar”) e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

Pesquisa inteligente

Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

Equações à tinta

Reconhecimento de escrita manual

Se utilizar um dispositivo com tela sensível ao toque é possível desenhar equações matemáticas, utilizando o dedo ou uma caneta de toque, e o programa será capaz de reconhecer e incluir a fórmula ou equação ao documento.



AMOSTRA

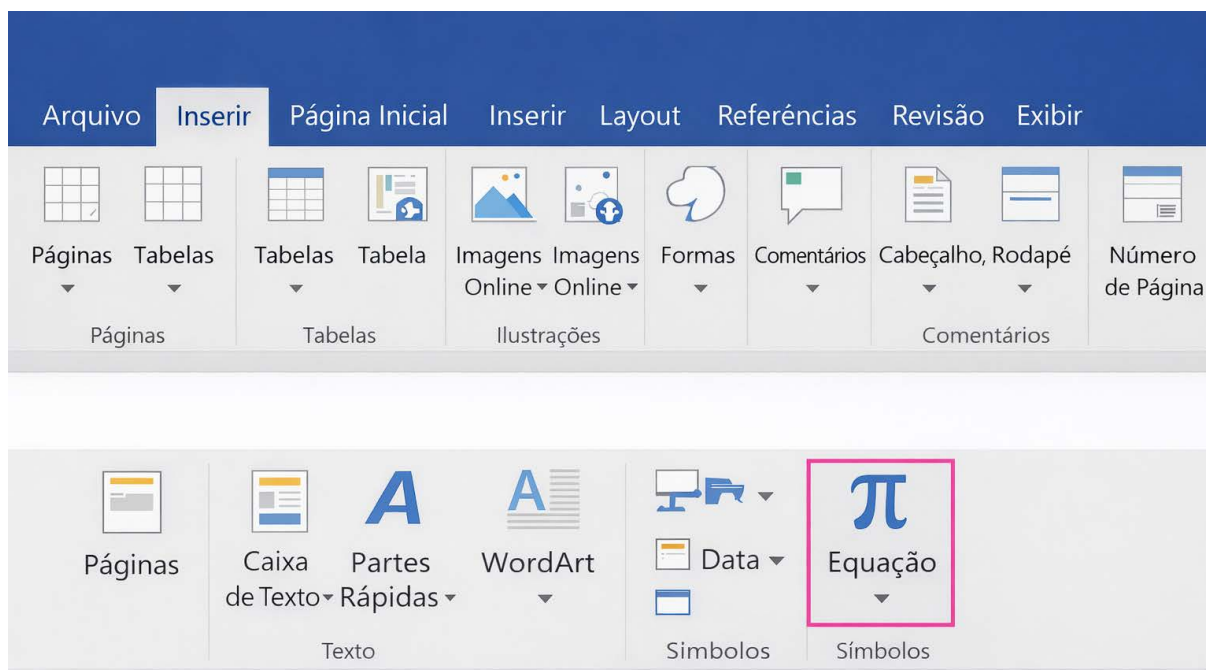


Figura 1 Equações à tinta

Histórico de versões melhorado

Acesso a versões anteriores

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

Compartilhamento mais simples

Envio direto pelo Word

Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

Formatação de formas mais rápida

Aplicação de estilos predefinidos

Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

Guia Layout

Alteração de nomenclatura

O nome da Guia Layout da Página na versão 2010/2013 do Microsoft Word mudou para apenas Layout¹.

LINGUÍSTICA

TEORIA DO SIGNO LINGUÍSTICO. LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA. SIGNIFICANTE E SIGNIFICADO; SIGNIFICAÇÃO. ARBITRARIEDADE E MOTIVAÇÃO; LINEARIDADE. REFERENTE, REFERÊNCIA, REPRESENTAÇÃO, SENTIDO

A NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO

► O signo como unidade mínima de significação

Todo sistema de comunicação verbal se organiza a partir de uma unidade básica capaz de associar uma forma perceptível a um conteúdo inteligível: o signo. Compreender a linguagem verbal como um sistema de signos significa admitir que nenhuma palavra isolada carrega sentido por uma propriedade física ou natural; o sentido surge da articulação entre uma forma sonora (ou gráfica) e uma ideia que essa forma é convencionalmente autorizada a evocar. O signo linguístico não é, portanto, a simples etiqueta de uma coisa do mundo, mas uma entidade psíquica de duas faces, indissociáveis uma da outra, que só existem em função de sua combinação recíproca.

Essa concepção difere de uma visão ingênua da linguagem como simples nomeação, em que palavras seriam rótulos colados a objetos preexistentes. Se a linguagem fosse apenas nomeação, bastaria aprender a lista de correspondências entre palavras e coisas para dominar qualquer língua, e a tradução entre idiomas seria uma operação de substituição mecânica, item por item. A experiência de qualquer falante bilíngue mostra o contrário: os recortes semânticos de uma língua raramente coincidem exatamente com os de outra, porque cada sistema linguístico organiza o continuum do pensamento e da experiência de modo próprio, por meio de seus signos.

Dupla face do signo: a unidade indissociável

Ao se afirmar que o signo linguístico é constituído por duas faces, quer-se dizer que a imagem acústica (ou sua correspondente gráfica, no caso da escrita) e o conceito a ela associado não existem um sem o outro dentro do sistema. Não há significante vazio, sem significado, assim como não há significado que subsista fora de toda forma linguística concreta. Essa unidade é comparável a uma folha de papel: não se pode recortar o verso sem recortar, ao mesmo tempo, o averso. Separar as duas faces do signo apenas para fins de análise é um procedimento teórico legítimo, mas não corresponde a uma cisão real na experiência do falante, que apreende o signo como um bloco único de significação.

Essa indissociabilidade explica por que a aprendizagem de uma língua estrangeira exige mais do que memorizar listas de equivalências lexicais: é necessário reconstruir, para cada novo

signo, a associação específica entre uma forma sonora particular e um recorte conceitual que pode não ter correspondente exato na língua materna do aprendiz.

► A relação entre significante e significado

O significante corresponde à face perceptível do signo: a sequência de sons organizados segundo o sistema fonológico de uma língua, ou, na modalidade escrita, a sequência de grafemas que a representam. O significado, por sua vez, corresponde ao conceito, à representação mental que o significante evoca na consciência dos falantes de uma comunidade linguística. É fundamental observar que o significado não é a coisa do mundo real, mas uma categoria mental, uma generalização abstrata que permite reconhecer como pertencentes a uma mesma classe elementos distintos da experiência.

Significação como processo relacional

A significação é o próprio ato de associar significante e significado, o processo pelo qual essa união se atualiza em cada emprego do signo. Não se trata de uma soma de duas partes previamente constituídas, mas de uma relação que confere identidade a ambas simultaneamente: um significante só é reconhecido como tal porque remete a um significado, e um significado só se manifesta linguisticamente porque encontra expressão em um significante determinado. A significação, nesse sentido, é sempre um fenômeno de sistema: o valor de um signo depende das relações que ele mantém com os demais signos do mesmo sistema, e não de uma correspondência direta e isolada com um objeto exterior.

Essa natureza relacional explica fenômenos como a polissemia, em que um único significante se associa a mais de um significado dentro de contextos distintos, e a sinonímia parcial, em que significados próximos, mas não idênticos, encontram significantes diferentes. Ambos os fenômenos seriam inexplicáveis se o signo fosse uma simples etiqueta fixa e unívoca.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as distinções fundamentais entre os componentes do signo linguístico, organizando-as segundo sua natureza e sua função dentro do processo de significação.

AMOSTRA

Componente	Natureza	Função no processo de significação
Significante	Imagem acústica ou gráfica, perceptível pelos sentidos	Veicula materialmente o signo na cadeia da fala ou da escrita
Significado	Conceito, representação mental	Confere conteúdo inteligível ao significante
Significação	Processo relacional entre significante e significado	Atualiza a união das duas faces em cada enunciado concreto

A leitura da tabela evidencia que apenas a significação tem natureza processual, enquanto significante e significado são, cada um à sua maneira, componentes relativamente estáveis dentro do sistema, ainda que sujeitos a variação histórica e social. É precisamente essa estabilidade relativa que permite a uma comunidade linguística compartilhar um repertório comum de signos e, ao mesmo tempo, é a natureza processual da significação que explica por que o sentido de um mesmo signo pode se atualizar de formas ligeiramente distintas conforme o contexto de uso, sem que isso comprometa a inteligibilidade geral da comunicação.

LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA

► **Linguagem como faculdade humana geral**

A linguagem designa a capacidade humana, de base cognitiva e biológica, de organizar a experiência e de comunicá-la por meio de sistemas simbólicos. Trata-se de uma faculdade ampla, comum à espécie, que se manifesta por diferentes vias: verbal, gestual, pictórica, entre outras. A linguagem verbal é apenas uma das manifestações possíveis dessa faculdade geral, ainda que seja a mais desenvolvida e a mais estudada pelos ramos da linguística dedicados à investigação do sistema verbal humano.

Enquanto faculdade, a linguagem não pertence a nenhuma língua particular: é o substrato cognitivo que torna possível a qualquer ser humano, em condições normais de desenvolvimento, adquirir a língua ou as línguas do ambiente em que é criado. Essa distinção é importante porque evita a confusão comum entre a capacidade universal de linguagem e os sistemas históricos e sociais específicos que chamamos de línguas.

► **Língua como sistema social convencional**

A língua é o produto social da faculdade de linguagem, um sistema de signos convencionais, organizados segundo regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, compartilhado por uma comunidade de falantes. A língua existe fora de qualquer indivíduo particular, como um patrimônio coletivo que cada falante recebe, em grande medida já constituído, no processo de aquisição linguística na infância. Nenhum indivíduo cria sozinho a língua que fala, nem pode modificá-la unilateralmente: as mudanças linguísticas, quando ocorrem, resultam de processos coletivos e graduais, não de decisões isoladas.

A língua como sistema de oposições

Um aspecto essencial da língua, enquanto sistema, é que seus elementos se definem uns em relação aos outros, por oposição e contraste, e não por propriedades positivas e isoladas. O valor de uma unidade linguística dentro do sistema depende do lugar que ela ocupa na rede de relações que mantém com as demais unidades. Essa organização sistêmica é o que permite à língua funcionar como código relativamente estável, apesar da enorme variação que se observa no uso concreto, cotidiano, da fala.

► **Fala como realização individual**

A fala corresponde à atualização concreta e individual da língua: o ato pelo qual um falante particular, em uma situação específica, seleciona e combina elementos do sistema linguístico para produzir um enunciado. Enquanto a língua é social, abstrata e relativamente homogênea dentro de uma comunidade, a fala é individual, concreta e variável, pois está sujeita a fatores como entonação, ritmo pessoal, escolhas estilísticas e circunstâncias momentâneas de produção.

Essa distinção entre o sistema compartilhado e sua realização individual permite compreender fenômenos linguísticos aparentemente contraditórios: por que, de um lado, falantes de uma mesma língua se entendem apesar de nunca produzirem enunciados foneticamente idênticos, e por que, de outro, a língua muda ao longo do tempo a partir do acúmulo de pequenas variações introduzidas na fala, que podem, eventualmente, consolidar-se no sistema.

A tabela abaixo organiza, de modo comparativo, as três noções discutidas, destacando sua natureza, seu caráter social ou individual e um exemplo de manifestação característica de cada uma.

Noção	Natureza	Caráter	Manifestação característica
Linguagem	Faculdade cognitiva geral	Universal, biológico	Capacidade de qualquer ser humano adquirir um sistema simbólico
Língua	Sistema de signos convencionais	Social, abstrato, relativamente estável	Conjunto de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas compartilhadas
Fala	Realização concreta do sistema	Individual, variável, momentâneo	Enunciado específico produzido por um falante em uma situação dada



RECONHECIMENTO DE FALA, TRANSCRIÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RECONHECIMENTO DE FALA E TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE FALA (ASR – AUTOMATIC SPEECH RECOGNITION). MODELOS DE FALA END-TO-END. LLMS MULTIMODAIS DE ÁUDIO NATIVO

FUNDAMENTOS DO RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE FALA

► O que é o Reconhecimento Automático de Fala

O Reconhecimento Automático de Fala, designado pela sigla ASR (Automatic Speech Recognition), corresponde ao conjunto de técnicas computacionais responsáveis por converter um sinal sonoro contendo fala humana em uma representação textual correspondente. Trata-se de uma tarefa de natureza sequencial, na qual uma entrada contínua no domínio acústico precisa ser mapeada para uma saída discreta no domínio linguístico, respeitando a ordem temporal dos eventos sonoros e as regras estruturais da língua em que o enunciado foi produzido. Essa conversão não é trivial, pois o sinal de voz carrega, além do conteúdo lexical, variações de entonação, ritmo, intensidade e timbre que não possuem correspondência direta com a ortografia.

Da onda sonora ao texto

O processo inicia-se pela captura do sinal acústico, normalmente digitalizado por meio de amostragem e quantização, produzindo uma sequência de valores numéricos que representam a pressão sonora ao longo do tempo. A partir dessa representação bruta, aplica-se uma etapa de extração de características, na qual o sinal é segmentado em pequenos intervalos sobrepostos, dos quais se calculam coeficientes que descrevem o conteúdo espectral de cada trecho. Historicamente, os coeficientes cepstrais em escala Mel figuraram como a representação mais utilizada, por aproximarem a forma como o sistema auditivo humano percebe as frequências sonoras. Já em sistemas mais recentes, baseados em redes neurais profundas, é comum empregar representações aprendidas diretamente a partir do espectrograma ou mesmo da forma de onda bruta, dispensando parte da engenharia manual de características.

Componentes clássicos do pipeline

Nos sistemas tradicionais, a tarefa de reconhecimento é decomposta em módulos especializados que operam de forma encadeada. O modelo acústico estabelece a correspondência estatística entre as características extraídas do sinal e unidades sublexicais, como fonemas. O léxico de pronúncia funciona como uma tabela de conversão entre essas unidades sonoras e as palavras do vocabulário reconhecido, explicitando as possíveis pronúncias de cada item lexical. O modelo de linguagem,

por sua vez, atribui probabilidades a sequências de palavras, favorecendo combinações gramaticalmente e semanticamente plausíveis em detrimento de sequências improváveis, mesmo quando estas sejam acusticamente parecidas. A etapa final, chamada de decodificação, combina as informações desses três módulos para encontrar a sequência de palavras mais provável dado o sinal observado.

► Evolução das Abordagens Tecnológicas

Modelos baseados em HMM e GMM

Durante décadas, a abordagem dominante em reconhecimento de fala baseou-se em Modelos Ocultos de Markov combinados com Misturas de Gaussianas, conhecidos pela sigla GMM-HMM. Nessa formulação, cada estado oculto do modelo de Markov representa uma unidade acústica, e a distribuição de probabilidade das características observadas em cada estado é modelada por uma soma ponderada de distribuições gaussianas. A transição entre estados obedece a probabilidades previamente estimadas a partir de grandes volumes de dados de treinamento, permitindo capturar a dinâmica temporal da fala. Essa arquitetura exigia alinhamento explícito entre quadros do sinal e estados acústicos, geralmente obtido por algoritmos de programação dinâmica, e dependia fortemente de recursos linguísticos cuidadosamente construídos, como dicionários de pronúncia abrangentes.

Transição para redes neurais profundas

A substituição progressiva das misturas gaussianas por redes neurais profundas representou um salto relevante de desempenho, pois essas redes conseguem aprender representações não lineares mais ricas a partir dos dados, sem exigir as suposições estatísticas simplificadoras das misturas gaussianas. Inicialmente, essas redes foram incorporadas como substitutas do componente responsável por estimar a probabilidade de cada estado acústico, mantendo a estrutura geral do modelo de Markov. Posteriormente, com o amadurecimento de arquiteturas recorrentes e, mais tarde, de arquiteturas baseadas em atenção, tornou-se possível repensar todo o pipeline, abrindo caminho para os sistemas end-to-end detalhados adiante neste documento.

A tabela a seguir sintetiza, de forma comparativa, as principais famílias de modelos utilizadas na evolução do reconhecimento automático de fala, destacando a característica central de cada abordagem e uma limitação representativa.

AMOSTRA

Família de modelo	Característica principal	Limitação representativa
GMM-HMM	Modelagem estatística por estados ocultos e misturas gaussianas	Pressupõe independência estatística pouco realista entre quadros
Redes neurais híbridas	Redes profundas estimando probabilidades de estados acústicos	Ainda depende de estrutura de alinhamento baseada em HMM
Modelos neurais end-to-end	Mapeamento direto de áudio para texto sem módulos separados	Exige grandes volumes de dados pareados para bom desempenho

A leitura da tabela evidencia uma trajetória de simplificação estrutural acompanhada de maior exigência de dados. Enquanto os modelos GMM-HMM dependiam de conhecimento linguístico explicitamente codificado, os modelos neurais híbridos deslocaram parte dessa responsabilidade para redes treináveis, mantendo, contudo, a arquitetura de estados ocultos. A etapa seguinte dessa evolução, que elimina por completo a necessidade de módulos acústicos e linguísticos separados, constitui o objeto da próxima seção deste documento.

ARQUITETURAS E MODELOS DE FALA END-TO-END

► O Paradigma End-to-End

Diferença em relação a arquiteturas modulares

Os modelos de fala end-to-end propõem substituir o pipeline tradicional, composto por módulos acústico, lexical e de linguagem treinados separadamente, por uma única rede neural treinada de ponta a ponta para mapear diretamente a sequência de características acústicas em uma sequência de caracteres, subpalavras ou palavras. Essa unificação elimina a necessidade de alinhamento explícito entre quadros de áudio e unidades fonéticas durante a preparação dos dados, transferindo essa responsabilidade para o próprio processo de otimização da rede. Como consequência, o desenvolvimento de um sistema de reconhecimento passa a depender menos de recursos linguísticos especializados, como dicionários de pronúncia extensos, e mais da disponibilidade de grandes quantidades de áudio transcrito.

Vantagens e desafios de treinamento

Entre as vantagens dessa abordagem, destaca-se a simplicidade arquitetural, já que um único modelo pode ser otimizado de forma conjunta, reduzindo a propagação de erros entre módulos independentes. Também se observa maior facilidade de adaptação a novos domínios, pois o ajuste fino de um único modelo neural costuma ser mais direto do que a reconfiguração de um pipeline modular. Em contrapartida, os modelos end-to-end exigem volumes substanciais de dados pareados de áudio e transcrição para atingir desempenho competitivo, uma vez que não contam com o conhecimento estrutural previamente embutido nos componentes separados dos sistemas clássicos. Além disso, a interpretabilidade do

processo de decisão torna-se mais difícil, já que não existem mais módulos distintos cujas saídas intermediárias possam ser inspecionadas isoladamente.

► Principais Arquiteturas Neurais

Connectionist Temporal Classification

A Classificação Temporal Conexionista, conhecida pela sigla CTC, constitui uma das primeiras formulações bem-sucedidas de treinamento end-to-end para sequências de tamanhos distintos entre entrada e saída. Essa técnica introduz um símbolo especial de “branco”, que permite à rede emitir uma sequência de saída mais curta do que a sequência de quadros de entrada, somando as probabilidades de todos os alinhamentos possíveis entre entrada e saída durante o treinamento. Uma limitação relevante da CTC é a suposição de independência condicional entre os símbolos de saída em instantes distintos, o que pode prejudicar a modelagem de dependências linguísticas mais longas.

Modelos Transdutores Neurais

Os Transdutores Neurais Recorrentes, abreviados como RNN-T, superam parcialmente essa limitação ao incorporar uma rede de predição que condiciona cada símbolo gerado aos símbolos emitidos anteriormente, de maneira análoga a um modelo de linguagem interno. Essa característica torna os transdutores particularmente adequados para cenários de transcrição em tempo real, pois permitem a geração incremental de texto à medida que o áudio é processado, sem a necessidade de aguardar o enunciado completo.

Modelos Transformer e Conformer

As arquiteturas baseadas em mecanismos de atenção, originalmente propostas para tarefas de tradução automática, foram adaptadas ao reconhecimento de fala sob a denominação geral de Transformer acústico. Uma variante amplamente adotada, chamada Conformer, combina camadas de atenção com camadas convolucionais, capturando simultaneamente dependências de longo alcance e padrões locais característicos do sinal acústico. Essa combinação tem se mostrado eficaz tanto em cenários de alta precisão quanto em cenários que exigem processamento eficiente, consolidando-se como referência arquitetural em sistemas contemporâneos de reconhecimento de fala.

MODELOS MULTIMODAIS E LLMs DE ÁUDIO NATIVO

► Do ASR Tradicional à Compreensão de Áudio Nativa

Tokenização e representação de áudio para LLMs

Uma fronteira recente no reconhecimento de fala envolve a incorporação do áudio como uma modalidade nativa dentro de modelos de linguagem de grande escala, em vez de tratá-lo como uma etapa isolada de pré-processamento cujo resultado textual é posteriormente entregue a um modelo de linguagem separado. Nessa abordagem, o sinal acústico é convertido em uma sequência de tokens discretos ou em representações contínuas compatíveis com o espaço vetorial utilizado pelo próprio modelo de linguagem, de maneira análoga à tokenização de texto. Esses tokens de áudio passam a conviver, dentro da

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, REGIMENTO COMUM DO

PROCEDIMENTO LEGISLATIVO: TIPOS DE PROCEDIMENTO, ORDINÁRIO, ABREVIADO, SUMÁRIO, SUMARÍSSIMO ESPECIAL E CONCENTRADO; ETAPAS E NOÇÕES BÁSICAS COMISSÕES, PARECERES, DELIBERAÇÃO, VOTAÇÃO, SANÇÃO E VETO

PROCEDIMENTO LEGISLATIVO ORDINÁRIO E MODALIDADES AFINES

► Conceito e Função do Procedimento Legislativo

O procedimento legislativo corresponde à sucessão ordenada de atos e fases por meio dos quais uma proposição percorre as instâncias internas de uma casa parlamentar até alcançar sua conclusão, seja pela aprovação, pela rejeição ou pelo arquivamento. Trata-se de um conjunto de ritos disciplinados pelo regimento interno de cada câmara legislativa, cuja finalidade é assegurar que a formação das normas jurídicas observe etapas mínimas de discussão, exame técnico e deliberação coletiva, preservando ao mesmo tempo a legitimidade democrática do processo e a racionalidade na tramitação das matérias. A existência de procedimentos diferenciados decorre da constatação de que nem todas as proposições possuem a mesma complexidade ou urgência, de modo que o regimento estabelece ritos distintos, mais ou menos extensos, conforme a natureza da matéria e o grau de celeridade que a situação concreta reclama.

O Procedimento como Sucessão Ordenada de Atos

Cada procedimento legislativo pode ser compreendido como uma cadeia de atos processuais que se sucedem em ordem lógica e cronológica, iniciando-se com a apresentação da proposição, passando pelo exame nas comissões competentes, pela discussão e votação em plenário e, quando cabível, pela remessa à outra casa legislativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo. Essa sucessão não é meramente formal, pois cada fase cumpre uma função específica no amadurecimento da proposta: a instrução técnica realizada nas comissões permite depurar a redação e identificar eventuais vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa, ao passo que a deliberação em plenário confere à decisão o batismo da vontade coletiva dos representantes eleitos. A supressão indevida de qualquer dessas fases pode comprometer a validade do ato normativo resultante, razão pela qual os regimentos internos cuidam de detalhar com precisão os prazos, os quóruns e as condições de admissibilidade em cada etapa.

O Procedimento Ordinário como Modelo-Regra

Entre as modalidades procedimentais, o procedimento ordinário configura o rito-padrão, aplicável a toda proposição que não se enquadre em alguma hipótese de tramitação diferenciada.

Nele, a proposição passa, em regra, pelo exame de uma ou mais comissões permanentes, nas quais se emitem pareceres sobre o mérito e sobre a compatibilidade da matéria com a Constituição e com a boa técnica legislativa, para somente depois ser submetida à discussão e votação do plenário. Esse itinerário mais extenso justifica-se pela necessidade de assegurar amplo debate e aprofundado exame técnico, sobretudo quando a proposição não apresenta urgência que justifique sua tramitação abreviada. O procedimento ordinário funciona, assim, como parâmetro de comparação para a compreensão dos demais ritos, que se diferenciam dele justamente pela supressão, concentração ou aceleração de determinadas fases.

► Procedimentos Abreviado, Sumário e Sumaríssimo

Ao lado do rito ordinário, os regimentos internos preveem modalidades de tramitação mais céleres, destinadas a situações em que a demora do procedimento-padrão se mostraria incompatível com a natureza da matéria ou com prazos constitucionalmente fixados. Essas modalidades distinguem-se entre si pelo grau de compressão das fases regimentais, pela simplificação dos pareceres exigidos e pela possibilidade de supressão de etapas intermediárias, sempre sem prejuízo da garantia mínima de discussão coletiva.

Procedimento Abreviado

O procedimento abreviado caracteriza-se pela redução do número de comissões chamadas a se manifestar sobre a proposição ou pela diminuição dos prazos regimentais de tramitação, sem que se chegue à supressão integral da fase de instrução técnica. Em geral, aplica-se a matérias cuja relevância não dispensa o exame de mérito, mas cuja urgência recomenda que esse exame seja conduzido de forma mais concentrada, evitando a passagem sequencial por múltiplos colegiados. Essa modalidade preserva, portanto, a lógica de instrução prévia à deliberação plenária, mas comprime o tempo dedicado a cada etapa.

Procedimento Sumário

O procedimento sumário vincula-se a situações em que a Constituição ou o próprio regimento fixam prazo certo para a apreciação da matéria, sob pena de consequências processuais relevantes, como o sobrestamento de outras deliberações na pauta da casa legislativa até que a votação se conclua. Esse rito busca conciliar a urgência imposta pelo prazo com a manutenção de um mínimo de instrução, de modo que as comissões continuem a se manifestar, ainda que sob calendário rigidamente delimitado. O quadro comparativo abaixo sintetiza as principais características dos procedimentos ordinário, abreviado, sumário e sumaríssimo, permitindo visualizar as diferenças quanto à extensão das fases e ao grau de urgência que cada um pressupõe.

AMOSTRA

Procedimento	Instrução nas comissões	Grau de urgência	Traço distintivo
Ordinário	Completa, em todas as comissões competentes	Ausente	Rito-padrão, sem compressão de fases
Abreviado	Reduzida em número de comissões ou prazos	Moderado	Concentração parcial da instrução técnica
Sumário	Mantida, porém sob prazo rígido	Elevado, com prazo fixado	Risco de sobrestamento da pauta
Sumaríssimo	Dispensada ou mínima	Máximo	Deliberação direta em plenário

A comparação revela uma gradação contínua entre os ritos, de sorte que a urgência cresce na mesma proporção em que diminui a extensão da fase instrutória nas comissões, até o limite representado pelo procedimento sumaríssimo.

Procedimento Sumaríssimo

O procedimento sumaríssimo representa o grau máximo de aceleração procedimental, sendo reservado a situações de urgência excepcional, reconhecidas mediante requerimento específico aprovado pelo próprio plenário. Nessa modalidade, a matéria pode ser deliberada diretamente pelo plenário, com dispensa das formalidades regimentais ordinárias, inclusive quanto à prévia distribuição às comissões de mérito, substituindo-se o parecer escrito pela manifestação oral de relator designado na própria sessão. Trata-se de instrumento excepcional, cuja utilização reiterada e desvirtuada pode comprometer a qualidade técnica da legislação produzida, razão pela qual sua aplicação costuma ser condicionada a requisitos formais rigorosos, como a demonstração inequívoca da urgência e a aprovação por quórum qualificado do requerimento correspondente.

PROCEDIMENTO ESPECIAL E PROCEDIMENTO CONCENTRADO

► Procedimento Especial

O procedimento especial constitui categoria residual e ao mesmo tempo específica, reunindo ritos próprios estabelecidos pelo regimento interno para determinadas matérias que, por sua natureza peculiar, não se amoldam adequadamente ao esquema do procedimento ordinário nem às modalidades aceleradas de tramitação. Esse rito aplica-se a proposições que demandam etapas processuais próprias, incompatíveis com a sequência padronizada de distribuição às comissões permanentes seguida de deliberação plenária única.

Hipóteses de Incidência

Enquadram-se no procedimento especial, tipicamente, as propostas de emenda à Constituição, os projetos de código, as proposições relativas à criação de comissões parlamentares de inquérito, os processos de perda de mandato parlamentar, os pedidos de licença e afastamento de parlamentares, bem como outras matérias para as quais o regimento estabeleça rito próprio e destacado do procedimento comum. A característica unificadora dessas hipóteses é a existência de peculiaridades que tornam inadequada a aplicação do rito ordinário, seja pela exigência de quóruns diferenciados, seja pela necessidade de fases adicionais de publicidade e exame, seja ainda pela relevância institucional da matéria, que recomenda tratamento procedimental singularizado.

Peculiaridades de Tramitação

As peculiaridades do procedimento especial manifestam-se de diferentes formas, conforme a matéria tratada. Nas propostas de emenda constitucional, por exemplo, exige-se deliberação em dois turnos de votação em cada casa legislativa, com quórum de aprovação qualificado, circunstância que não se verifica no procedimento ordinário de leis infraconstitucionais. Já nos projetos de código, costuma-se adotar comissão especial, composta por parlamentares designados especificamente para o exame da proposição, em substituição às comissões permanentes, dada a amplitude temática que um código normalmente apresenta. Em todos esses casos, o traço comum é a substituição, parcial ou integral, do itinerário regimental padrão por um conjunto de regras específicas, desenhadas para atender às exigências particulares da matéria.

► Procedimento Concentrado

O procedimento concentrado designa a modalidade em que determinadas fases do processo legislativo, normalmente distribuídas entre órgãos técnicos distintos, são reunidas em um único momento processual, suprimindo-se etapas intermediárias que, no rito ordinário, se sucederiam de forma segmentada. Essa concentração pode ocorrer tanto na dimensão temporal, pela reunião de atos que ordinariamente se praticariam em sessões distintas, quanto na dimensão orgânica, pela atribuição a um único colegiado de competências que, de outro modo, seriam repartidas entre diferentes comissões.



CIÊNCIA POLÍTICA

REGIMES POLÍTICOS

De antemão, ressalta-se que os regimes de governo são os modos definidores dos governos no condizente à sua aplicação e dissolução do poder.

Tais regimes, poderão ser:

- a) Democráticos;
- b) Autoritários; ou
- c) Totalitários.

Desta maneira, antes de adentrarmos às espécies de regimes de governo, vejamos abaixo, importantes definições acerca de Governo e Estado, bem como os conceitos e significados que cada regime carrega consigo.

GOVERNO E ESTADO

Trata-se o Estado de uma instituição criada, cujo fim, é a definição da soberania, bem como o conjunto de regras de um determinado território.

Já o governo, se trata do gestor de um Estado específico.

Desta forma, existem Estados regidos por governos mais flexíveis, que encontram a soberania no povo, bem como governos menos flexíveis, que suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.

Existem ainda, governos que buscam controlar a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Desta maneira, temos o seguinte:

GOVERNOS FLEXÍVEIS (Regime Democrático)	Encontram a soberania no povo.
GOVERNOS INFLEXÍVEIS (Regime Autoritário)	Suprimem a soberania do povo através da suspensão e da revogação de direitos.
GOVERNOS CONTROLADORES (Regime Totalitário)	Controlam a vida total da população, nos âmbitos político e jurídico e pessoal.

Ressalta-se que geralmente existe confusão acerca dos temas relacionados ao regime de governo, forma de governo e sistema político.

Todavia, as formas de governo podem ser as consideradas clássicas e legítimas pelo filósofo Aristóteles como monarquia, aristocracia e democracia, bem como as ilegítimas, que se referem à tirania, à oligarquia e também à demagogia. Sendo que além das referidas classificações antigas, existem também as classificações modernas e contemporâneas. Um exemplo disso, é a “república”, classificação dada por Nicolau Maquiavel ao principado.

Contudo, no que condiz aos sistemas políticos, destaca-se que se trata de mecanismos por meio dos quais, o poder político é organizado e exercido. São exemplos de sistemas políticos: o parlamentarismo e o presidencialismo.

Já o regime de governo, trata apenas da forma como o poder é distribuído entre os elementos de um mesmo Estado, sendo que tal forma poderá ocorrer de modo autoritário, democrático e totalitário.

Além disso, é através do regime de governo que se identifica o relacionamento da soberania de determinado governo com os outros elementos dele, que são o **governante e os governados**.

Ressalta-se que não há que se confundir regime de governo com forma de governo, pois, uma república será sempre democrática, ao passo que uma monarquia é autoritária.

Entretanto, uma monarquia se trata de uma forma de governo que também pode adotar um regime democrático baseado em uma Constituição e em um Parlamento eleito criador de leis. Um exemplo disso, é a Inglaterra que no século XIX surgiu como uma monarquia parlamentarista.

NOTA:

- Uma monarquia é uma forma de governo, enquanto o parlamentarismo é um sistema político.
- A Praça dos Três Poderes, em Brasília, é símbolo da República Brasileira por reunir a tríade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Vale salientar também que da mesma maneira que existem repúblicas que em tese seriam democráticas, há nestas, governantes que utilizam-se de subterfúgios para manter-se no poder, criando regimes autoritários, como por exemplo, a Coreia do Norte, local no qual são realizadas eleições periódicas. Todavia, esse país não respeita as regras firmadas por organismos internacionais para regulamentar as eleições.

Podemos citar ainda, como exemplo, a Ditadura Militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, na qual, o governo militar era autoritário, e chegou a fechar o Congresso Nacional promovendo a cassação de mandatos de parlamentares da oposição, implantando a vedação de partidos políticos e a suspensão dos direitos constitucionais, criando um Estado de exceção. Assim, embora o governo operante fosse o militar, o Brasil não deixou de ser uma república.

A respeito das formas de governo, na Grécia Antiga na obra Política, Aristóteles identificou seis espécies de formas de governo. São elas:

Formas de governo legítimas:

- a) A Monarquia;
- b) A Aristocracia; e
- c) A Democracia.

AMOSTRA

Formas de governo ilegítimas:

- a) A tirania;
- b) A oligarquia; e
- c) A demagogia.

Além disso, é importante destacar que além das formas descritas por Aristóteles, existem os chamados tratados filosóficos modernos. Um exemplo clássico disso, é o livro “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel que demonstra a existência de apenas duas formas de governo, que são a república e o principado.

No tocante aos regimes políticos, infere-se que dizem respeito ao modo como um governo ou um governante age e exerce o seu poder sobre aqueles que governa.

Desse modo, existem governos que exercem o poder de forma mais resumida e que não consideram a participação do povo, bem como, existem também, governos abertos à participação do povo.

Formas de Regime de Governo

Existem três tipos centrais de regime de governo que podem condensar as formas de governar em categorias, e que se referem à maneira de relacionamento entre governantes e governados. Vejamos:

Regime de Governo Democrático

Nesse regime, a soberania é popular. O povo detém o poder e deve exercê-lo.

Desta maneira, dentro desse regime, existem as democracias representativas e participativas, dentro das quais, o povo possui o direito de votar e eleger representantes, bem como de participar da criação das leis e da organização política de modo amplo e geral.

Contudo, destaca-se que para um regime político ser considerado democrático, é preciso que seja implantada uma Constituição garantidora de direitos e delegadora de deveres, devendo existir mecanismos específicos que garantam a participação de todo o povo no sistema político, no acesso à informação, havendo, desta forma, transparência e honestidade nos sistemas políticos.

Regime de Governo Autoritário

Ocorre a partir do momento em que alguém, ou um grupo político controla de forma arbitrária, o sistema político e o Estado, mantendo privilégios e privando parte da população do acesso à soberania.

Normalmente, o regime autoritário é conceituado como regime de ditadura, por meio da qual, as regras e as leis políticas são ditadas por uma classe dominante da política que por sua vez, cerceia a ideia de cidadania e restringe o uso dos direitos políticos, havendo, assim, a tomada do Estado pelo governo.

Regime de Governo Totalitário

Nesse regime, o autoritarismo é elevado ao máximo, pois, apropria-se de forma total do Estado, intumescendo ao máximo, passando a criar novas regras estatais com a imposição destas a todas as pessoas no âmbito público, político e pessoal.

Desta maneira, o Estado que é tomado por esse regime passa a controlar e comandar os limites do poder político do povo, inclusive em relação à liberdade de expressão e em todos os demais aspectos.

Por fim, dentre outros, cita-se como exemplos claros do governo sob o regime totalitário, os fatos ocorridos na União Soviética stalinista e na Alemanha nazista.

SISTEMAS E FORMAS DE GOVERNO

De antemão, salienta-se que o estudo do Governo ultrapassa necessariamente o de Estado. Desse modo, ao adentrar nos estudos da Constituição Federal, é necessário compreender a existência de diferenças entre os sistemas de Governo, das formas de Governo e também das formas de Estado.

DOS SISTEMAS DE GOVERNO

De acordo com a maior parte da doutrina, sistemas de governo são técnicas que regem as relações existentes entre os Poderes Executivo e Legislativo no exercício das funções relativas ao governo.

Para o jurista José Afonso da Silva *apud* Martins, são sistemas de governo:

O Parlamentarismo, que pode ser caracterizado da seguinte forma:

- a) Pela distinção entre Chefe de Estado e Chefe de Governo;
- b) Pela chefia do governo com responsabilidade política;
- c) Pela possibilidade de dissolução do parlamento; e
- e) Pelo fato de o primeiro-ministro ser escolhido pelo Parlamento.

Por meio do parlamentarismo, poderá o Chefe de Estado e Chefe de Governo serem pessoas diferentes, onde há um representante que não precisa se envolver em disputas políticas ou de poder e que atua como um equilíbrio em situações de crise ou de ausência de consenso político.

Desse modo, irá o Chefe de Governo permanecer em seu cargo enquanto houver suporte do parlamento em que a maioria estiver dando apoio ao seu governo, razão pela qual, existe a possibilidade de o Primeiro-Ministro dissolver o parlamento com a finalidade de buscar uma maioria que lhe apoie em seu governo.

O parlamentarismo pode ser utilizado sob duas formas de governo, que são a república ou a monarquia.

O Presidencialismo, que possui como principais características:

- a) O Presidente é ao mesmo tempo, Chefe de Estado e de Governo;
- b) O cargo de Presidente é unipessoal;
- c) O Presidente é eleito pelo povo por meio do voto;
- d) O Presidente exerce um mandato com tempo determinado para término;
- e) Existe a possibilidade de responsabilização política;
- f) O presidente não pode dissolver o parlamento.